

ANEXO 01 – ESCOPO

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

CONSULTA PÚBLICA

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

PMI-CEMIG-001/2022

1. ESCOPO DA CONSULTA PÚBLICA

PLATAFORMA OMNICHANNEL DE ACORDOS DIGITAIS, DO TIPO ODR (ONLINE DISPUTE RESOLUTION), COM COMUNICAÇÃO EM CARÁTER INTEGRADO POR MULTICANAIS, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIÇOS WEB DE MONITORAMENTO DOS RESULTADOS EM TEMPO REAL E NECESSIDADE DE USO E GERAÇÃO DE ATAS DIGITAIS COM REALIZAÇÃO DE PROTOCOLO PARA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL.

2. OBJETO:

Potencial tecnológico e viabilidade mercadológica da prestação de uma cadeia de serviços consistentes na digitalização de negociações judiciais e extrajudiciais com diversos tipos de litigantes pelas seguintes diretrizes e premissas iniciais:

- A. Captura automatizada de distribuição de Processos Judiciais Eletrônicos – PJe envolvendo as empresas do Grupo Cemig, de polo ativo e de polo passivo, no âmbito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG e Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região;
- B. Enriquecimento de dados e seleção de alvos entre as capturas realizadas no item “A”, bem como entre a base de dados fornecida de casos judiciais e/ou extrajudiciais já em andamento antes dos serviços, conforme política a ser fornecida para ambos casos;
- C. Envio de convite, via plataforma multicanal integrada, para conciliar por chat digital;
- D. Possibilidade de utilização de logotipo da CONTRATANTE em página de acesso da Plataforma;
- E. Conferência automatizada de dados pessoais e processuais mínimos pelo fluxo de perguntas de chat bot, com validação via base de dados fornecida e/ou capturada;
- F. Negociação, via plataforma multicanal integrada, de lides judiciais e extrajudiciais, de polo ativo e de polo passivo, conforme política de acordos a ser fornecida, tanto de processos judiciais capturados no item “A”, quanto de casos judiciais ou extrajudiciais em andamento antes do início dos serviços a serem fornecidos;
- G. Celebração de acordos com consolidação de documento digital, via ata integral do chat, conforme política de acordos a ser fornecida, fazendo-se estritamente necessária a presença ao final de duas testemunhas nos casos referentes ao polo ativo (formação de título executivo);
- H. Envio de Comunicação do Acordo Celebrado e Realização de inserção da ata de acordo digital (em todos casos), bem como do pedido de homologação judicial protocolado (apenas nos casos judiciais), ambos no sistema de gestão de processos jurídicos, via RPA ou API;
- I. Disponibilização adicional da ata de acordo digital no serviço web de monitoramento da plataforma (para os casos extrajudiciais);
- J. Disponibilização de serviço web de visualização e monitoramento em tempo real de cada uma das fases dos serviços dos itens “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G”;
- K. Protocolo de ata digital de acordo em Processos Judiciais Eletrônicos – PJe do TJMG e TRT da 3ª Região com petição de homologação judicial, naqueles casos em andamento ou na fase judicial de pré-citação;

3. NUANCES DA CONSULTA PÚBLICA:

a) Quantidades:

- I. Número de empresas do Grupo Cemig envolvidas: aproximadamente 5 empresas envolvidas nos processos e capturas;
- II. Número de processos judiciais de polo passivo em andamento para seleção de alvos: aproximadamente 20.000 processos elegíveis de diversas matérias, especialmente de Direito do Consumidor, mas também em menor escala de Direito Civil, Direito do Trabalho, dentre outros ramos;
- III. Número de processos judiciais de polo ativo em condições para seleção de alvos: aproximadamente 2.000 processos elegíveis, especialmente de Direito do Consumidor, mas também em menor escala de Direito Civil, dentre outros ramos;
- IV. Número de casos extrajudiciais de polo ativo em condições pré-processuais de negociação: aproximadamente 2.000 casos de cobrança por ano de Direito do Consumidor e aproximadamente 500 casos envolvendo Direito Civil por ano;
- V. Número de processos em fase judicial de pré-citação a serem capturados por mês para a seleção de alvos: aproximadamente no mínimo 500 processos judiciais por mês;

b) Abrangência:

- I. Casos extrajudiciais existentes no Estado de Minas Gerais;
- II. Devedores no Estado de Minas Gerais;
- III. Processos Judiciais Eletrônicos (PJe) do TJMG e TRT da 3ª Região;

c) Interesses Tecnológicos e Operacionais da Consulta Pública:

- I. Representatividade do espectro de multicanais integrados, ou seja, identificação do maior número de redes sociais conectados à plataforma, com eventual certificação/licença, tais como, Whatsapp, Telegram, Facebook, SMS e e-mail, com vistas ao maior alcance de contatos, possíveis negociações e, por consequência, resultado esperado de acordos;
- II. Projeção dos acessos a bancos de dados *Data Lake* e *Bureaus*, em conformidade com a legislação aplicável, possibilitando eficácia na seleção de alvos e celebração de negociações;
- III. Demonstração de experiência no mercado com a prestação parcial ou em maior parte semelhante ao objeto do escopo desta consulta pública;
- IV. Aptidão jurídico-tecnológica sobre a totalidade ou maior parte dos serviços do escopo;
- V. Estado-da-arte em aplicação de tecnologias para essas soluções jurídicas, inclusive apresentando eventuais sugestões, críticas e/ou alternativas às premissas iniciais constantes do escopo do chamamento público deste anexo;

Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2022.